

**ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS: ESTUDANTES COM AUTISMO  
NA REDE REGULAR DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ- MS**

Mariana Rita de Paulo  
[Marianadepaula162@gmail.com](mailto:Marianadepaula162@gmail.com)

Elisangela Aparecida Castilho Cabreira Silva  
[elisangelacastilho@outlook.com](mailto:elisangelacastilho@outlook.com)

Elisângela Moreira Bezerra da Silva  
[Lisabezerra07@gmail.com](mailto:Lisabezerra07@gmail.com)

Matheus Kashyama Pessoa  
[Matheuskashyama@live.com](mailto:Matheuskashyama@live.com)

Izilda Maria da Silva Cruz  
[Izildamaria579@gmail.com](mailto:Izildamaria579@gmail.com)

**EIXO TEMÁTICO:** Práticas Pedagógicas Inclusivas e Metodologias Diferenciadas

**RESUMO**

Este estudo discute as práticas pedagógicas inclusivas voltadas a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede regular de ensino do município de Naviraí/MS. A pesquisa, de abordagem qualitativa, envolveu levantamento bibliográfico, entrevistas com professores de apoio e observações em sala de aula. O objetivo foi compreender como os docentes identificam as necessidades dos estudantes e elaboram estratégias que favoreçam sua aprendizagem e participação. Os relatos revelaram o uso de recursos visuais, Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA), flexibilização curricular, trabalho colaborativo entre professores e incentivo à socialização. Tais práticas evidenciam que a inclusão não se limita a marcos legais ou concepções pedagógicas, mas se materializa no cotidiano escolar, em ações intencionais e sistemáticas. Os resultados dialogam com a concepção vygotskiana de zona de desenvolvimento proximal, demonstrando que, com apoio planejado, os estudantes ampliam suas capacidades. Além disso, reforçam as orientações da Declaração de Salamanca (1994) e da legislação nacional, como a Lei nº 12.764/2012 e a LBI (Lei nº 13.146/2015), reafirmando a importância da reorganização curricular e da formação docente. Conclui-se que o professor desempenha papel central na efetivação da inclusão, ao criar condições pedagógicas que transformam desafios em possibilidades de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Inclusão. Autismo. Estratégias pedagógicas. Educação Especial. Práticas docentes.

### INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de transformação para a escola regular. Embora os marcos legais, como a Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca (1994), a Lei nº 12.764/2012 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), assegurem o direito de acesso e permanência, a efetivação desse direito depende de práticas pedagógicas cotidianas que considerem as especificidades de cada estudante.

No município de Naviraí/MS, professores de apoio atuam diretamente com estudantes com Transtorno do Espectro Autista, promovendo mediações pedagógicas que buscam articular potencialidades e necessidades específicas. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo compreender como esses professores identificam as demandas dos estudantes e elaboram estratégias que garantam sua participação e aprendizagem no ensino regular.

A pesquisa, de natureza qualitativa, fundamenta-se em autores que discutem inclusão, práticas pedagógicas e reorganização escolar (Pimentel, 2018; Dos Santos Moraes, 2024; Silva, Lopes e Quadros, 2024). Para isso, foram realizadas entrevistas com professores de apoio e observações em sala de aula, possibilitando analisar as estratégias utilizadas, bem como sua coerência com as diretrizes inclusivas.

Este trabalho, portanto, discute práticas concretas e sistemáticas que vêm sendo desenvolvidas no cotidiano escolar e que revelam como a mediação docente, apoiada por recursos visuais, materiais concretos e estratégias colaborativas, pode reduzir barreiras e ampliar as possibilidades de aprendizagem dos estudantes autistas.

### MATERIAIS E MÉTODOS

Diante dos objetivos propostos, desenvolveu-se uma pesquisa de natureza qualitativa, cujo foco foi compreender as práticas pedagógicas realizadas por professores de apoio que acompanham estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no município de Naviraí, Mato Grosso do Sul.

A investigação ocorreu em duas etapas principais. Na primeira, realizou-se levantamento bibliográfico acerca de autores que discutem a temática, por meio da análise de artigos científicos e legislações que garantem o direito à inclusão de estudantes com deficiência na rede regular de ensino. Na segunda etapa, foram conduzidas entrevistas e observações em

uma escola pública da rede municipal, com o intuito de analisar as intervenções pedagógicas realizadas pelos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essas ações visaram identificar de que forma as práticas partem das potencialidades e das necessidades específicas dos estudantes, a fim de favorecer sua aprendizagem e participação escolar.

### RESULTADOS

A Educação Inclusiva refere-se ao processo de integração de alunos com deficiências, necessidades educacionais especiais ou distúrbios de aprendizagem no sistema de ensino regular, desde a educação infantil até o ensino superior (BRASIL, 1998). De acordo com o Ministério da Educação, uma escola inclusiva é aquela que assegura um ensino de qualidade para todos os alunos, valorizando a diversidade e atendendo cada estudante de forma personalizada, conforme suas habilidades e necessidades.

Ao garantir a inclusão educacional de todas as pessoas, independentemente de sua condição física, sensorial ou cognitiva, a educação se configura como um ato político. Esse modelo inclusivo busca construir uma sociedade mais justa, fundamentada no princípio da equidade, que implica reconhecer e criar as condições necessárias para que todos tenham acesso ao conhecimento e ao direito de aprender.

Nesta perspectiva, ao garantir o Ensino e a aprendizagem de qualidade, vale destacar importância da formação de práticas pedagógicas que atendam às necessidades da Educação Especial e Inclusiva, de maneira abrangente, está respaldada em documentos importantes como a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), a Constituição Federal de 1988 – que, no Art. 206, inciso I, assegura "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" e, no Art. 208, garante a oferta de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

segundo Dos Santos Moraes (2024) a Educação Inclusiva baseia-se na participação conjunta na tomada de decisões relacionadas à sala de aula e à escola, além de exigir flexibilidade no uso dos recursos disponíveis, sejam eles institucionais, humanos ou materiais.

Segundo Pimentel (2018) no âmbito institucional, são necessários investimentos financeiros para realizar adaptações físicas nas escolas, removendo barreiras arquitetônicas e comunicacionais. Em termos culturais e atitudinais, é fundamental romper com preconceitos e

estigmas relacionados à deficiência, superando o receio do convívio com a diferença e a construção de rótulos dentro da escola.

Nas práticas pedagógicas, a busca deve ser por adaptações curriculares que atendam às necessidades específicas de cada aluno. Esse compromisso político de transformação e garantia da inclusão exige a mobilização contra práticas pedagógicas excludentes, que reforçam a cultura escolar seletiva e perpetuam desigualdades sociais (Pimentel, 2018). Pois através da prática pedagógica segundo Silva; Lopes e Quadros (2024) possibilita à educação assegurar o direito de todos aprenderem e promover um ensino inclusivo, garantindo que os alunos não apenas frequentem a escola, mas também adquiram conhecimento de maneira eficaz nesse contexto social.

Neste viés a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular requer práticas pedagógicas planejadas, intencionais e sensíveis às singularidades de cada estudante. Mais do que adaptações pontuais, trata-se de organizar o ensino em torno de recursos acessíveis, currículos flexíveis e estratégias que favoreçam a participação, a aprendizagem e a autonomia.

No entanto na entrevista com dois professores de apoio que dão suporte a estudantes com autismo, na rede municipal de Ensino no município de Naviraí- Mato Grosso do Sul. Foram questionados, como eles identificam a necessidade dos estudantes e elaboram estratégias que garante o aprendizado e atende à necessidade específica do estudante em diferentes campos. O professor 1 comenta:

Para favorecer o desenvolvimento global do estudante, sempre procurei adotar estratégias centradas em suas potencialidades e nas necessidades que fui identificando no dia a dia. No campo da linguagem oral e da comunicação, incentivei a ampliação do repertório verbal com Contação de histórias ilustradas, apoio visual, expressões simples e imagens de ações cotidianas, sempre com mediação e perguntas direcionadas.

No processo de alfabetização, adaptei as atividades para fortalecer a associação entre som e grafia. Trabalhei com jogos de letras móveis, palavras apoiadas por imagens e estratégias de escrita compartilhada. Como o estudante se encontrava no nível silábico-alfabético, propus tarefas de leitura e escrita com palavras de uso comum e de seu interesse, sempre utilizando suporte visual e verbal. Isso favoreceu o avanço na consciência silábica e na autonomia na escrita.

Na matemática, recorri a materiais concretos e manipuláveis, como tampinhas, blocos, material dourado e cartas. As operações básicas foram exploradas em situações-problema contextualizadas, próximas ao cotidiano, aproveitando inclusive seus interesses específicos. Trabalhei também com valores monetários por meio de simulações de compra e venda com cédulas e moedas de brinquedo, o que tornou o aprendizado mais lúdico e concreto.

Para desenvolver a coordenação motora fina, que apresentava comprometimentos, utilizei atividades como recorte, colagem, pintura com pincel grosso ou cotonetes, dobraduras simples, jogos de encaixe e montagem. Adaptei materiais, como tesouras de fácil manuseio e pregadores, para estimular o movimento de pinça e a força dos dedos, fortalecendo a musculatura e auxiliando na organização espacial.

## SEMANA DE INCLUSÃO DE UEMS

No campo da autonomia, trabalhei com rotinas visuais e passo a passo ilustrado para tarefas como higiene, alimentação e organização dos materiais. Estimulei-o gradualmente a realizar pequenas ações sozinho, como guardar o estojo ou lavar as mãos. Meu papel foi modelar comportamentos e reforçar positivamente cada conquista, reduzindo a dependência de forma progressiva.

A autorregulação emocional foi estimulada por meio de histórias sociais, cartões de sentimentos, dramatizações e momentos de escuta ativa, nos quais o estudante pôde expressar suas emoções com segurança. Também trabalhei a nomeação de sentimentos, a proposição de soluções e a antecipação de mudanças na rotina, para ajudá-lo a lidar melhor com frustrações e imprevistos.

Por fim, na socialização, busquei promover interações com os colegas por meio de jogos cooperativos, atividades em grupo e dinâmicas coletivas. Essas práticas favoreceram a empatia, o respeito mútuo e a cooperação, sempre com minha mediação para orientar e apoiar as interações, fortalecendo vínculos e garantindo sua participação ativa na sala de aula. (PROFESSOR ENTREVISTADO, 2025).

O Segundo professor indagado pelo mesma questão responde:

Todo o ambiente de ensino foi planejado de maneira cuidadosa para contemplar suas especificidades. Esse espaço era dinâmico e se organizava de acordo com as propostas didáticas e objetivos de aprendizagem, integrando recursos pedagógicos, metodologias inclusivas e adaptações curriculares que asseguravam o acesso ao conhecimento de forma significativa.

As práticas que desenvolvi tinham como principal objetivo garantir a participação ativa do estudante no processo de aprendizagem, respeitando suas singularidades e promovendo sua autonomia e protagonismo. Para isso, organizei uma rotina estruturada, que permitia ao estudante antecipar o que ocorreria durante o dia. Essa previsibilidade contribuiu muito para que se sentisse seguro, permanecesse em sala com tranquilidade e conseguisse respeitar as regras e combinados.

Utilizei recursos estruturados, como fichas com imagens, para trabalhar o repertório vocabular e a categorização semântica. Na alfabetização, recorri a cards com grafemas, imagens fonoarticulatórias e onomatopeias, além de letras móveis, para estimular a consciência fonológica e a formação de palavras com significado pessoal. Também trabalhei com pranchas estruturadas e jogos pedagógicos, que ajudaram no desenvolvimento da alfabetização de forma lúdica.

As atividades lúdicas, como jogos de memória, colagens, pinturas e manipulação de objetos, foram muito importantes para estimular a atenção, a memória, a coordenação motora fina e o raciocínio lógico. Já na matemática, explorei materiais concretos como tampinhas e palitos, que auxiliaram na compreensão da relação entre número e quantidade, na sequência numérica e no reconhecimento de formas geométricas. Nas demais disciplinas, como Ciências, História e Geografia, adaptei os conteúdos com o uso de imagens, colagens e atividades de comparação e categorização, sempre respeitando o ritmo do estudante.

Outro aspecto fundamental foi a parceria com os professores regentes. Juntos, adaptamos atividades a partir dos mesmos conteúdos trabalhados com a turma, mas com estratégias adequadas ao nível de desenvolvimento do estudante. Um exemplo disso foi quando adaptamos uma atividade de classificação silábica, transformando-a em proposta de consciência silábica, com apoio de figuras.

Além disso, realizei mediações intencionais, apresentando os conteúdos de forma clara, com exemplos práticos e execução conjunta das atividades. Isso ajudou a reduzir frustrações e possibilitou avanços consistentes, sempre com estratégias que tornaram a aprendizagem acessível, prazerosa e significativa. (PROFESSOR ENTREVISTADO, 2025).

Os relatos evidenciam que a inclusão escolar vai além de leis e diretrizes: ela se materializa nas escolhas cotidianas do professor, em práticas pedagógicas intencionais que

unem sensibilidade e sistematização. As experiências descritas mostram que a mediação docente, quando articulada a recursos visuais, materiais concretos e estratégias de socialização, cria caminhos reais para que o estudante participe, aprenda e se desenvolva.

Essa percepção se reforça pela coerência entre o discurso do professor e a observação em sala de aula. Entre as ações mais recorrentes destacaram-se o uso de rotinas visuais, a Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA), a diversificação de recursos didáticos, a flexibilização de avaliações, o trabalho colaborativo entre professores regentes e da Educação Especial e o incentivo à participação social dos colegas. Tais práticas se ancoram em fundamentos legais, como a Lei nº 12.764/2012 e a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei nº 13.146/2015), reafirmando o compromisso da escola com a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência.

Refletindo teoricamente, percebe-se o diálogo com Vygotsky, sobretudo na noção de zona de desenvolvimento proximal, pois os avanços do estudante se deram sempre em interação com apoios planejados. Do mesmo modo, a prática se aproxima dos princípios da Declaração de Salamanca (1994), que defende a reorganização de currículos, tempos e espaços para assegurar o direito de todos à aprendizagem.

Dessa forma, a inclusão não pode ser vista apenas como uma obrigação normativa, mas como um exercício ético e pedagógico que depende do compromisso docente em criar condições de aprendizagem para cada sujeito. Isso exige formação contínua, trabalho colaborativo e abertura à flexibilização das práticas. Em síntese, os relatos e as observações mostram que a escola inclusiva é construída no encontro entre teoria e prática, onde a intencionalidade pedagógica transforma desafios em possibilidades.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo evidenciou que a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede regular de ensino de Naviraí/MS se concretiza a partir de práticas pedagógicas planejadas e cotidianas, ancoradas tanto nas potencialidades quanto nas necessidades específicas dos alunos. Os relatos dos professores de apoio e as observações em sala de aula mostraram a centralidade de estratégias como o uso de rotinas visuais, a Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA), a diversificação de recursos didáticos, a flexibilização de avaliações e o incentivo à participação social entre colegas.

## SEMANA DE INCLUSÃO DE UEMS

Essas ações revelaram coerência entre o discurso docente e a prática observada, indicando que a inclusão não se limita ao cumprimento de leis ou diretrizes, mas se constrói no cotidiano escolar, em interações mediadas e intencionais. Além disso, tais práticas encontram respaldo em legislações como a Lei nº 12.764/2012 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), e dialogam com a perspectiva vygotskiana de zona de desenvolvimento proximal, ao demonstrar que, quando apoiados, os estudantes conseguem expandir suas capacidades e conquistar maior autonomia.

Conclui-se, portanto, que a efetivação da inclusão requer professores capazes de transformar a teoria em prática, reconhecendo a singularidade de cada estudante e elaborando estratégias que assegurem sua aprendizagem. Para isso, é essencial investir em formação docente contínua e no fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores regentes e da Educação Especial. Assim, a escola inclusiva se afirma como espaço de equidade, onde desafios se convertem em possibilidades reais de participação e aprendizagem para todos.

### REFERÊNCIAS

- BRASIL. (1996). Ministério da Educação e do Desporto. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial. Integração, ano 11, n. 17, 1998.
- DOS SANTOS MORAES, Luzia Fernanda. Prática pedagógica para a aprendizagem significativa: foco na educação inclusiva. *Vox Humana: Journal of Social Affairs*, v. 3, n. 1, p. 37-42, 2024.
- PIMENTEL, S. C. A didática a serviço da inclusão de estudantes com deficiência na escola comum. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 66–78, 2018.
- SILVA, Isnary; LOPES, Betania Jacob Stange; QUADROS, Silvia. Práticas pedagógicas inclusivas no ensino regular em colaboração com a educação especial. *Revista Educação Especial*, p. e17/1-32, 2024.
- VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.